

QUALIDADE no ENSINO

Horácio Almendra

horacio.almendra@iqe.org.br . www.iqe.org.br



Colaboração:

Maria Helena Braga / mhelena.braga@iqe.org.br
Maria Sidalina Gouveia / sidalina.gouveia@iqe.org.br
Cristina Luiza Garbuio / cristina.garbuio@iqe.org.br
José Gayoso / jose.gayoso@iqe.org.br
James Zomighani / james.zomighani@iqe.org.br

Avaliações externas. O que elas mostram?

Maria Helena Braga

Supervisora Pedagógica de Programas do IQE – Instituto Qualidade no Ensino

SAEB, IDEB, PISA, siglas que têm se tornado cada vez mais comuns nas falas de educadores, alunos e pais de alunos, pretendem demonstrar a qualidade do ensino dos sistemas, desde o desempenho obtido pelas nações nas avaliações externas até os resultados conquistados pelas unidades escolares.

Esses índices vêm sendo divulgados até mesmo como indicadores para avaliação das escolas pelas comunidades que se utilizam de seus serviços. Orientações tais como “Quer saber se a escola de seu filho é uma boa escola? Veja o IDEB que ela alcançou.” têm levado os familiares a buscar essa informação para analisar a qualidade das instituições.

Realmente, até pouco tempo, era muito difícil obter dados objetivos que permitissem a avaliação da qualidade do ensino, especialmente das escolas públicas, imperando as impressões e expectativas individuais, já que não havia parâmetros claros que pudessem mostrar a situação de cada escola em relação ao atendimento dos

direitos legalmente estabelecidos pelo Estado.

A implantação das avaliações externas veio atender à necessidade de se acompanhar o nível de educação escolar básico, que deve ser garantido a todos os brasileiros, possibilitar a tomada de consciência das necessidades da educação nacional e orientar decisões que visam à melhoria da educação no país.

No entanto, a análise do desempenho de sistemas, escolas e alunos, não pode limitar-se à verificação quantitativa da nota no IDEB ou no PISA. Se assim for, correremos o risco comparativo ao da medicina, quando prescreve um medicamento sem esgotar a investigação de todas as causas e condições que provocam problemas de saúde pública, por exemplo.

O índice numérico não basta aos sistemas, nem aos familiares dos alunos, para avaliar a escola, assim como não basta à medicina saber o grau de febre de um paciente para determinar as providências a serem tomadas. A febre é um importante indicador, sem dúvida, mas não é o problema em si; é um sintoma que demonstra a urgência de profunda investigação das causas e condições que a provocam. Todavia, também é necessário controlar a febre, para

que ela não provoque maiores danos, enquanto as suas causas são investigadas.

Assim, também, os resultados das avaliações externas são “sintomas” do que ocorre com a educação, mas não

podem ser considerados como o problema em si mesmo. E ainda mais, não devem absolutamente ser tomados como metas exclusivas pelos sistemas de educação, se não quisermos menosprezar e subutilizar o potencial desse recurso, indicador superficial de questões mais profundas.

A investigação das causas e condições que estão por trás das notas requer considerável análise dos aspectos pedagógicos e de infraestrutura que sustentam a realidade educacional brasileira. O que os alunos sabem? O que não sabem? Por que não sabem o que está previsto nos objetivos da educação nacional? Quais condições são necessárias para promover o aprendizado? São algumas das questões suscitadas pelos baixos índices de desempenho nas

avaliações externas e que requerem investigações verdadeiramente comprometidas com os direitos de aprendizagem a que se dispõem garantir as leis nacionais.

Sem isso, corremos o risco de administrarmos o “remédio para a febre”, sem atingir aquilo que a provoca e, fatalmente, vê-la retornar, em breve, ainda mais alta. Ou seja, sem essa análise, os sintomas dos problemas da educação podem ser temporariamente mascarados por medidas paliativas, o que, sem sombra de dúvida, fará com que venhamos a enfrentar dificuldades ainda maiores no futuro.